

Artigos

1. **Reflexões pontuais sobre a interpretação do crime de corrupção no Brasil à luz da APn 470/MG**
Alamiro Velludo Salvador Netto 47
2. **O que é e o que não é a teoria do domínio do fato sobre a distinção entre autor e partícipe no Direito Penal**
Luís Greco, Alaor Leite 61
3. **O duplo grau de jurisdição e juiz natural na APn 470/MG**
Alexis Couto de Brito, Humberto Barrionuevo Fabretti, Marco Antonio Ferreira Lima 93
4. **Domínio do fato, limites normativos da participação criminal e dolo eventual no delito de lavagem de dinheiro: reflexos na APn 470/MG**
André Luís Callegari 111
5. **Questões processuais no julgamento do mensalão: valoração da prova indiciária e preclusão para o juiz de matérias de ordem pública**
Antonio do Passo Cabral 131
6. **O sentido normativo dos programas de compliance na APn 470/MG**
Eduardo Saad-Diniz 151
7. **A constituição que se tem e a constituição que se quer: a perda do mandato de deputados federais por decisão criminal transitada em julgado**
Fernando Gaspar Neisser 167
8. **APn 470/MG: consequência de direito político e eleitoral**
Francisco Octavio de Almeida Prado Filho 185
9. **Análise da decisão da APn 470/MG pelo STF referente aos crimes contra a Administração Pública – Corrupção passiva e ativa – Elementos do tipo penal**
Gianpaolo Poggio Smanio 195
10. **"Quadrilha" de mensaleiros? Algumas considerações sobre o delito de quadrilha ou bando e sua distinção com o concurso de agentes na teoria jurídica do delito**
Gisele Mendes de Carvalho 207

11. O princípio constitucional da individualização da pena e sua aplicação concreta pelo STF no caso Mensalão Guilherme de Souza Nucci	221
12. O álibi do acusado e o in dubio pro reo no acórdão da APn 470/MG Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró	251
13. Organizações societárias e as repercussões do julgamento da APn 470/MG pelo STF Gustavo Saad Diniz, Laura Maniglia Puccinelli Diniz	273
14. Perda de mandato parlamentar por condenação criminal. Análise à luz do "julgamento do Mensalão" Leandro de Oliveira Stoco, Ricardo Miguel Sobral	285
15. O direito brasileiro atravessado pelo julgamento do Mensalão: do "livre convencimento" aos dilemas da continuidade do positivismo Lenio Luiz Streck	297
16. Os crimes econômicos na APn 470/MG: dificuldades e desafios Luciano Anderson de Souza	317
17. As empresas privadas com participação estatal minoritária Marçal Justen Filho	333
18. A APn 470/MG e o desrespeito ao Pacto de San José: o direito de recorrer da sentença Maristela Basso	351
19. Moralismo e democracia no julgamento da APn 470/MG: um desafio constitucional em aberto Martonio Mont'Alverne Barreto Lima	369
20. Lavagem de dinheiro na APn 470/MG Pierpaolo Cruz Bottini	383
21. Justiça soberana ou nação soberana? Anotações à margem da autoimagem do STF perante o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos na APn 470/MG Rafael Mafei Rabelo Queiroz	401
22. A conexão contratual no mercado publicitário e o julgamento da APn 470/MG (Mensalão) Rodrigo Xavier Leonardo	415
23. O mensalão e a propalada independência das instâncias Romeu Felipe Bacellar Filho	445

- 24. Possibilidade de condenação do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos por desrespeito à regra do duplo grau de jurisdição**
Valerio de Oliveira Mazzuoli 455
- 25. Seguro de danos – Contrato de adesão – Cláusula de exclusão ou limitação de cobertura – Interpretação – Princípio da boa-fé-objetiva**
Humberto Theodoro Júnior 473
- 26. Bullying e responsabilidade civil: alguns aspectos essenciais**
Sibila Stahlke Prado 501
- 27. Pedagogia jurídica, Estado de Direito e direitos humanos. O professor, a toga do magistrado de Baltasar Garzón e Miguel de Unamuno**
Joaquín González Ibáñez; traduzido por Maria Assunção André Coelho Dias Silva Vale Pereira 551
- 28. Julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organização criminosa e o princípio da identidade física do juiz**
Marco Antonio de Barros 565
- 29. "Caso Normus" - Conflito entre a legislação brasileira de tributação de lucros auferidos no exterior e os tratados internacionais para evitar dupla tributação**
Jorge Luiz de Brito Junior 583